

GLOBALIZAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO LOCAL

Lineu Carlos Maffezoli

Resumo: O artigo busca desenvolver uma reflexão sobre os limites e as potencialidades das iniciativas desenvolvidas, por parte dos governos locais, na implementação de políticas públicas *ativas*, articulados, de forma cooperada, tanto em nível nacional como internacional, objetivando combater a intensificação do processo de exclusão social, no contexto do avanço do movimento de globalização do sistema capitalista, em particular, nas últimas décadas do século XX.

Introdução

Neste artigo iremos avançar uma reflexão sobre as iniciativas que permitem ampliar as potencialidades e os limites para a implementação de políticas públicas *ativas* pelos governos locais, articulados em níveis nacional e internacional, buscando combater a intensificação do processo de exclusão social, no contexto do avanço do movimento de globalização do sistema capitalista, em particular, nas últimas décadas do século XX.

A nosso ver, essas iniciativas dos governos municipais revelam suas preocupações com os desafios e os limites impostos por uma ordem internacional capitalista crescentemente excludente e, internamente, agravadas por políticas macroeconômicas nacionais de ajustamento em economias menos desenvolvidas e crescentemente endividadas.

Essas políticas de ajustamento tem como objetivo a obtenção de saldos positivos, tanto nas contas públicas (superávit fiscal), como nas transações correntes externas (em especial, via superávit comercial), visando gerar as condições necessárias para remunerar o capital financeiro em detrimento do produtivo, representando, entretanto, o completo abandono das políticas públicas voltadas à expansão do produto nacional e do emprego e, desta forma, provocando importantes efeitos negativos sobre o crescimento econômico, sobre o nível de emprego e nas condições do mercado de trabalho (precarização do emprego e dos salários). Por outro lado, acabam sacrificando as próprias políticas sociais, agravando, assim, perigosamente, o processo de exclusão social e, conseqüentemente, os níveis de violência e de caos urbanos, em particular, nas grandes regiões metropolitanas.

Interessa-nos, portanto, abordar nesta reflexão, as possibilidades abertas pelas iniciativas de articulação entre os governos locais, tanto em nível nacional, como internacional, buscando caminhos de cooperação para agirem de forma a se contrapor ao aprofundamento do processo desequilibrador da reprodução da riqueza capitalista, em nível global, tendo presente, é claro, os limites e as dificuldades, tanto em termos de recursos financeiros e humanos, bem como da ativa participação cidadã nos espaços políticos municipais.

O tema em seu contexto histórico

O que buscamos aqui discutir encontra respaldo em algumas iniciativas que vêm sendo implementadas, tanto no cenário nacional como no internacional, em período recente e que indicam que um número expressivo de governos locais se dispuseram a testar suas capacidades em assumirem a responsabilidade de intervir diretamente sobre os efeitos negativos das políticas macroeconômicas, que formuladas e implementadas, em escala nacional, afetam decisivamente, não só as suas ações no espaço municipal, como, particularmente, o nível do padrão de vida de suas populações.

Estes governos demonstram-se, assim, comprometidos em buscar, com a implementação dessas políticas, iniciativas que permitissem combater o caráter desequilibrador e excludente do sistema capitalista mundial, visando, dessa forma, ampliar o grau de inclusão social, em seus espaços locais.

Por outro lado, algumas iniciativas de governos municipais (em particular, das grandes cidades) buscaram compartilhar, de forma articulada em escala internacional, essas ações locais. Este movimento, embora relativamente recente, ganhou impulso a partir da Conferência Habitat 2, realizada na Turquia, em 1996, quando as associações de cidades organizaram a CAMCAL (Organização Internacional dos Poderes Locais) e obtiveram, pela primeira vez, o reconhecimento da ONU como interlocutora para o desenvolvimento de programas sobre habitação, desenvolvimento sustentável e iniciativas pela paz.

Este evento marca um momento importante, pois iniciou-se, a partir daí, um processo de unificação das duas principais redes internacionais de cidades, a Federação Mundial de Cidades Unidas (FMCU) e a União Internacional de Autoridades Locais (IULA). Essas ações foram consolidadas, posteriormente, com a implementação dos Fóruns das Autoridades Locais pela Inclusão Social, no âmbito da realização dos três eventos do Fórum Social Mundial, na cidade de Porto Alegre. (Mattoso, 2002)

Tais fatos despertaram a nossa atenção, pois a linha de pesquisa que temos desenvolvido, e a nossa própria tese de doutoramento, trabalhavam com a preocupação de buscar avaliar e aprofundar o entendimento das possibilidades e dos limites da atuação dos governos locais, na formulação e implementação de políticas públicas, notadamente as de caráter social, dentro do processo de descentralização da atuação política do Estado brasileiro, formalizada constitucionalmente pela Carta Magna, reformada em 1988.

Nessas análises anteriores, afirmamos nosso entendimento de que

“... o município é, como se sabe, o espaço físico concreto onde se efetivam o processo de reprodução da riqueza capitalista e, conseqüentemente, os resultados deste processo, seja do ponto de vista de seus efeitos positivos, seja, particularmente, de seus efeitos negativos”. (Maffezoli, 2001, 186)

Esta situação, do ponto de vista dos efeitos negativos do processo de expansão da riqueza capitalista, tendeu-se a agravar com o avanço territorial do processo de globalização capitalista, paralelamente à crise do incipiente Estado de Bem-Estar que, de forma bastante precária, foi gestado ao longo do processo de desenvolvimento tardio do capitalismo nas economias periféricas, onde se inclui o caso brasileiro.¹

A partir da crise financeira provocada pelo colapso do endividamento externo das economias menos desenvolvidas, no início dos anos de 1980, os governos locais foram cada vez mais pressionados, num contexto de implementação de políticas macroeconômicas de ajustamento, recessivas, a dar respostas às crescentes demandas sociais por serviços públicos básicos, especialmente pelas camadas mais pobres da população, mais duramente atingidas pelo longo processo de estagnação econômica – e agravamento inflacionário - em que mergulharam tais economias, paralelamente ao crescimento explosivo do desemprego, da precarização do mercado de trabalho e da violência social.

As políticas macroeconômicas de ajustamento implementadas nas economias periféricas, afetadas pelo quadro de desequilíbrio antes mencionado, obedeceram, basicamente, as diretrizes do chamado Consenso de Washington apoiadas na concepção neoliberal de que o equilíbrio macroeconômico seria alcançado após a implementação de uma política de estabilização dos preços, o que pressupunha um conjunto de reformas estruturais (no mercado de trabalho, previdência social, mercado financeiro, etc.), além da abertura dessas economias aos fluxos mercantis e financeiros internacionais e, ainda, a necessária redução da participação do Estado na economia, seja através de uma reforma patrimonial (com a privatização de empresas estatais), seja com uma reforma institucional que diminuísse o seu poder regulatório sobre as atividades econômicas, deixando ao “mercado” a capacidade de regulamentar a vida econômica.

¹ Deve-se observar que desde meados dos anos de 70, do século passado, essa crise do Estado de Bem-Estar Social, em diferentes níveis, atingiu os países desenvolvidos, o que debilitou a manutenção das políticas keynesianas, de caráter redistributivista, e abriu espaço para o avanço da ideologia neoliberal, particularmente após a eleição do Governo Thatcher, na Inglaterra, em 1979 e Reagan, nos EUA, no ano seguinte.

Os pressupostos condicionantes dessas políticas de ajustamento e a imposição sobre os países endividados, para que fossem adotadas, através da pressão exercida pelos organismos internacionais de crédito, em especial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD), facilitaram o avanço do processo de globalização de reprodução da riqueza capitalista, sob controle dos grandes grupos internacionais, tanto na esfera produtiva-tecnológica, como na mercantil e, particularmente, na financeira.

O resultado concreto desse movimento da reprodução capitalista – desde de sua origem, já globalizado – foi, de um lado, o aumento da vulnerabilidade externa e do desequilíbrio cambial das economias emergentes e, de outro, o agravamento das distorções internas, já mencionadas, com o aprofundamento do quadro de exclusão social e de desigualdades econômicas ao interior das economias periféricas e entre elas e os países desenvolvidos do centro capitalista.

Assim, a priorização dos interesses financeiros internacionais e a busca de equilíbrio fiscal, pelos governos dos países endividados, sob pressão dos organismos internacionais de crédito, impediram, por completo, a implementação de políticas públicas **ativas** voltadas para a produção e para a geração de emprego, impossibilitando, desta forma, deter o agravamento do quadro social, com desastrosos efeitos negativos sobre o crescimento econômico, o nível de emprego doméstico e as políticas sociais, acirrando o clima de violência social que acaba por colocar em risco o próprio regime democrático, arduamente estabelecido nessas economias periféricas.

As iniciativas, antes mencionadas, de organização e implementação de políticas locais, além das busca de articulação nacional e internacional pelos governos municipais, indicam claramente a preocupação com os limites e com os desafios impostos por essa “nova” ordem internacional crescentemente excludente.

O espaço territorial municipal vai se tornando um *locus político* privilegiado de conflitos (e o de menor autonomia para resolvê-los), na medida em que a capacidade do governo municipal de responder satisfatoriamente a este quadro crítico passa pela questão

constitucional de sua *autonomia*, vista pelo prisma, hoje limitado, *de sua capacidade de determinar, definir e gerir os recursos necessários para a implementação de políticas públicas que dêem conta das necessidades locais*, para poder influir de forma decisiva na determinação do nível de qualidade do padrão de vida da população local, especialmente o daqueles excluídos, pela lógica do mercado, do acesso aos bens e serviços essenciais, tais como educação, saúde e habitação, entre outros.

Dada essa autonomia restrita (mormente a financeira) e diante do agravamento deste quadro de exclusão, certos governos locais, no Brasil e em outros países, não ficaram paralisados e iniciaram um processo de resgate do espaço público, da universalização, com qualidade, das políticas sociais, através de práticas inovadoras de gestão pública e de inclusão social, buscando mais eficiência administrativa e maior participação social, abrindo espaço para o exercício político da cidadania em extensas regiões urbanas, particularmente, aquelas mais afetadas pela exclusão social e pela violência urbana.

AS INICIATIVAS IMPLEMENTADAS

Desde os exemplos históricos, como o de Lages – SC, nos anos de 1970, quando o Brasil vivia sob um regime militar, os municípios têm incrementado experiências no sentido de ampliar e fortalecer a capacidade de resposta dos governos locais, aos desafios de construir um espaço democrático e mais saudável de vida para os seus moradores. Conforme pudemos apontar, anteriormente (Maffezoli, 1997), além do município catarinense, outras cidades avançaram na busca de consolidar, de fato, um padrão descentralizado de governo, dando espaço ao fortalecimento das organizações populares, possibilitando maior participação e controle social, na implementação de políticas sociais, em particular, nas áreas da saúde e da educação. (Ver Daniel, 1982)

Com o aprofundamento da transição democrática no Brasil, após o advento da chamada “Nova” República e, em especial, com a reformulação constitucional de 1988,

certos princípios de políticas públicas, como o da descentralização e o da municipalização, criaram condições para o avanço de experiências participativas e de maior reforço ao poder local.

Essas experiências não se fizeram, entretanto, sem contratempos e retrocessos, na medida em que estamos tratando de uma questão essencialmente política que envolve a disputa por espaços de poder seja entre as instâncias governamentais – união, estados e municípios – como, também, ao interior de cada uma dessas instâncias de governo.

Como se sabe, na década de 1990, as políticas públicas implementadas no governo Collor ² e, posteriormente, na gestão FHC ³, sofreram um processo de “centralização tutelada” ou de “recentralização”, o que não impediu que em vários municípios, em particular naqueles onde as prefeituras foram conquistadas por governos com orientação política progressista, se desenvolvessem ricas experiências de gestão participativa e direcionada ao atendimento das demandas sociais por melhores condições de vida. [Ver, por exemplo, as abordagens de Genro (1995) e Daniel (1996)].

Aqui as experiências são inúmeras, desde as realizadas em grandes cidades, como em Porto Alegre, São Paulo, como em cidades médias (Campina Grande - PB, Piracicaba - SP, etc.), e em municípios de pequeno porte, com Icapuí (CE), Valente (BH) ou Esperantina (PI).

Por sua vez, em outros países, nas últimas décadas têm se multiplicado experiências de relações mais criativas e inovadoras entre as organizações da sociedade civil e o poder público. ⁴

Nesses municípios se desenvolveram experiências inovadoras desde a implementação do processo de elaboração do orçamento local (orçamento participativo), com o desdobramento em práticas de fiscalização das contas municipais, políticas de co-

² Ver Draibe, 1993.

³ Ver, entre outros, Paulo Netto, 1999

⁴ Ver, por exemplo, Teixeira (2001), em especial, cap. 3; Caciagli (1992), Borja (1988).

gestão de projeto de habitação popular, treinamento em políticas públicas e até ações judiciais contra prefeitos.

Outra importante forma de participação da sociedade civil ⁵ irá se desenvolver através da constituição das associações, denominadas como “terceiro setor”, as organizações não-governamentais, (ONG’s), que acabam por ocupar um importante espaço político de interlocução, reivindicação e controle social.

Cabe aqui ressaltar que a importância que estamos atribuindo às ONG’s não se insere na abordagem liberal de “substituição” (pelo mercado) ou “reinvenção” do governo, visando objetivos como de eficiência administrativa e financeira. Não que estes objetivos não sejam importantes mas, do nosso ponto de vista, a importância maior advém do fato de que essas entidades acabam se consolidando como importantes forma organizativas de participação e controle social, sobre a ação das entidades governamentais (e também as empresariais) que condicionam fortemente as condições de vida e de preservação ambiental, se opondo a sanha destruidora do “progresso” capitalista, guiado pela lógica do lucro.

Queremos, aqui, enfatizar o papel político e público da sociedade civil e de suas formas de organização, interessando-nos o exercício, na forma de participação cidadã, desses atores na interação entre eles, o Estado e a sociedade política, em movimentos e ações planejadas, organizadas, espontâneas, criando uma relação contraditória entre a representação política institucionalizada (partidos, vereadores, etc.) e a participação direta desses atores, desenvolvendo e cristalizando determinados espaços públicos de exercício político, com enormes potencialidades de construção de uma prática democrática pedagógica e do resgate da cidadania, como um direito inalienável do homem.

Por último, verifica-se a multiplicação de experiências de ações coletivas supranacionais, desenvolvidas pelos governos locais, buscando verificar os efeitos do

⁵ Para melhor entendimento do conceito aqui utilizado de “sociedade civil”, ver Arato, 1995.

processo de globalização sobre a sociedade e o poder local, e trocando as experiências de como as organizações da sociedade civil e os governos locais reagem a esse processo.

Neste sentido é que vale destacar a importância, inicialmente citada, da realização do Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social, reunindo autoridades de municípios da América Latina, Europa, Ásia e África, nas três edições do Fórum Social Mundial realizados na cidade de Porto Alegre, com o objetivo primordial de discutir os efeitos do modelo neoliberal nas cidades e as políticas alternativas locais para a inclusão social.

Essa iniciativa unificada de combate à exclusão poderá criar um novo sujeito político na ordem social, pois a forma como a globalização vem sendo imposta aos países em desenvolvimento, em particular a velocidade com que se movem os fluxos financeiros internacionais e a estratégia de decisões de investimentos dos grandes conglomerados internacionais, tornam necessárias estabelecer regras de atuação e de inserção dos governos subnacionais, no espaço internacional que se globaliza.

Se atentarmos para o fato de que o fenômeno a globalização vem ocorrendo sob o signo da acentuação dos desequilíbrios sócio-econômicos, são necessárias as discussões de novas estratégias e ações públicas globais, por parte dos governos locais, visando reforçar a sua capacidade de governabilidade, incluindo-se aqui a adoção de políticas de desenvolvimento sustentado. Isto converte os governos municipais em parceiros necessários dessas novas estratégias globais, que implica, ainda, em encontrar novas formas de federalismo que promovam a cooperação entre os governos locais e o poder central, tornando irreversível, por sua vez, o processo de descentralização que implemente a redistribuição do poder e a participação cidadã, aprofundando a democracia e estimulando a o desenvolvimento econômico e social nos municípios.

Os problemas com o meio-ambiente, a urbanização e os temas sociais, como a educação e a saúde, conquistaram um novo *status* onde os governos locais passam a ter um papel fundamental, pois são nas cidades, em especial, nos grandes centros urbanos, onde se torna mais aguda a concentração demográfica é que terão que ser enfrentados os problemas

mais difíceis e os maiores desafios para a implementação de um processo de desenvolvimento sustentável.

Os debates internacionais, ao longo da década de 1990 e início do século XXI, acabaram por caracterizar um padrão novo de concepção, formulação e implementação das políticas públicas, influenciando decisivamente a posição de organismos internacionais, como a ONU e até mesmo o Banco Mundial, onde, por exemplo, as discussões sobre os desafios colocados para a implementação de um processo de desenvolvimento sustentável, afirma, de forma categórica, a necessidade do envolvimento político de novos atores e dos poderes locais de todos os países, numa estratégia global de desenvolvimento com equidade e justiça social.⁶

Finalmente, cremos que, atualmente, nos encontramos num momento extremamente importante para o estabelecimento de um novo padrão articulado de relacionamento e de atuação cooperada por parte dos governos municipais, tanto do ponto de vista das relações internas com os governos centrais, como internacionalmente, entre os governos subnacionais, o que pode contribuir para deter o aprofundamento das disparidades sócio-econômicas, agravadas com o processo de globalização capitalista em curso.

⁶ Vale destacar os encontros promovidos pela ONU, como os do Rio/92, Viena/93, Cairo/94, Conpenhage/95, Estambul/96 e mesmo a Agenda 21, considerado como um documento internacional de grande importância política.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, R. B. A. E SILVA. P. L. B. (orgs.) “Descentralização e Políticas Sociais”, S. Paulo, Fundap. 1996.

ARATO, A. “Ascensão e declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil – orientações para novas pesquisas”, Revista Brasileira de Ciências Sociais, S. Paulo, ANPOCS, ano 10, n.º 27, fev. 1995.

ARRETCHE, M. “Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da Descentralização”, Revan, R. de Janeiro. FAPESP, S. Paulo, 2000.

_____ & RODRIGUES, V, (Orgs.) “Descentralização das Políticas Sociais no Brasil”, S. Paulo, FUNDAP/FAPESP, Brasília, IPEA, 1999.

BANCO MUNDIAL. “O Estado num Mundo em Transformação” Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, Banco Mundial, Washington, 1997.

BATISTA JR. P. N. “Mitos da Globalização”, In Estudos Avançados USP, N.º 32 Jan/Abr., 1998.

BEHRING, E. R., “Política Social no Capitalismo Tardio”, S. Paulo, Cortez Ed., 1998.

BORJA, J. “Participação cidadina”, Revista Espaços & Debates, S. Paulo, NERU, Ano VIII, nº24, 1988.

CACIAGLI, M. “Participación ciudadana y descentralización municipal en Itália – Treinta años de experiencia. In, Conferencia Europea sobre la Participación Ciudadana en los Municipios, Córdoba, mimeo, nov. 1992.

COHN, A., “As Políticas Sociais no Governo FHC”, Tempo Social, Revista De Sociologia Da USP, 11(2), 2000.

DANIEL, C. “A criação de canais institucionais e as diversas experiências de participação popular na gestão tem correspondido a um maior controle social do governo local?”, S. Paulo, Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais. Publicações do Fórum n.º 2, mimeo, 1996

_____ “O Poder Estatal Local - um quadro teórico e uma análise dos governos locais com participação popular no Brasil recente”. S. Paulo, EAESP/FGV, Dissertação de Mestrado em Administração, mimeo, 1982

DRAIBE S. M. “O Redirecionamento das Políticas Sociais segundo a Perspectiva Neoliberal”, In: As Políticas Sociais no Brasil, Caderno Técnico, N.º 18, Brasília, Serviço Social da Indústria, 1993a.

_____ “As Políticas Sociais e o Neoliberalismo”. Revista USP, S. Paulo, n.º 17, 1993b.

GENRO, T. “Crise da Democracia. Direito, Democracia direta e Neoliberalismo na Ordem Global”, Petrópolis, Vozes, 2002.

_____ “Reforma do Estado e democratização do poder local”, in Villa-Boas, R. op. cit. (1995)

GOMES, J. M. “Política e Democracia em Tempos De Globalização”, Rio De Janeiro, Vozes, 2000.

JACOBI, P. “Descentralização municipal e participação dos cidadãos: apontamentos para o debate. In, Revista Lua Nova, S. Paulo, CEDEC, n.º 20, 1990.

LESBAUPIN, I. (org.) “ O Desmonte da Nação”, Petrópolis, Vozes, 2000.

LOPES, J. R. B. “Novos Parâmetros para a Reorganização da Política Social Brasileira”, Texto Para Discussão N.º 358, Brasília, IPEA, 1994

MAFFEZOLI, L. C. “Políticas Sociais Descentralizadas: Análise da Municipalização dos Serviços de Saúde em Piracicaba”, In TERCI, E. T. (Org.) “O Desenvolvimento de Piracicaba: Histórias e Perspectivas”, Piracicaba, Ed. Unimep, 2001.

_____ “Descentralização das Políticas Sociais: Limites e Possibilidades”, Tese de Doutorado, IE/Unicamp, 1997.

MASSOLO, A “Em direção às bases: descentralização e município”. Espaço & Debates, S. Paulo, NERU*, n.º 24, 1998.

MATTOSO, J. “Cidades Unidas pela Inclusão Social”, In Opinião, Folha de S. Paulo, 11/02/2002.

OLIVEIRA, F. De & PAOLI, M. C. (Orgs.), “Os Sentidos da Democracia: Políticas do Dissenso e Hegemonia Global”, Petrópolis, Vozes, 1999.

OLIVA, M. H. A. & COSTA O. V., “Entre o Público e o Privado – A Saúde Hoje no Brasil”, Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, S. Paulo, 11(2), 2000.

PAULO NETTO, J. “FHC e a Política Social: Um desastre para as massas trabalhadoras”, in Lesbaupin op.cit., 2000.

PEREIRA, L. C. B., “Reforma do Estado para a Cidadania. A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional”, S. Paulo/Brasília, Editora 34/ENAP, 1998.

RATNER, H. (Org.) “O Brasil no Limiar do Século XXI”, S. Paulo, Edusp, 2000.

RICUPERO, R. “O Brasil e o Dilema da Globalização”, S. Paulo, Ed. SENAC, 2001.

SADER, E. E GENTILLI, P. (Org.) “Pós-Neoliberalismo II - Que Estado para que Democracia?”, Rio De Janeiro, Vozes, 2000.

SANTOS, B. S. “Democratizar a Democracia. Os caminhos da Democracia Participativa”, R. de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

_____ “Reinvenção Solidária e Participativa do Estado”, Anais do Seminário Internacional “Sociedade e Reforma do Estado”, Brasília, Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1998.

SINGER, P. “Pode público e organização populares no combate à pobreza: a experiência do Governo Luiza Erundina em São Paulo, 1989 – 1992”, in Seminário Governabilidade e Pobreza, R. de Janeiro, IUPERJ/Urban Date/Universidade de Toronto, n.º 29 jun/1º jul., mimeo, 1994.

SANTOS, M. “Por uma outra Globalização”, R. de Janeiro, Ed. Record, 2000.

SOUZA, C. et all. “Reforma do Estado, Descentralização e Desigualdades”, In Lua Nova, N.º 48, S. Paulo, CEDEC, 1999.

TAPIAS J. B. et all “Crise, Reforma e Políticas Sociais na América Latina”, In São Paulo Em Perspectiva, S. Paulo, SEADE, 1995.

TEIXEIRA, E. “O Local e o Global. Limites e desafios da participação cidadã”, S. Paulo, Cortez Ed., 2001

VILLA-BÔAS, R. “Poder local, participação popular: construção da cidadania”, S. Paulo, Fórum Nacional e Participação Popular nas Administrações Municipais, publicação n.º 1, fev., mimeo, 1995.

Revistas Consultadas

Boletim de Conjuntura/Política Social - FUNDAP

Economia e Sociedade – IE/Unicamp

Espaços & Debates - NERU

Estudos Avançados – USP.

Lua Nova - CEDEC

Novos Rumos – CEBRAP

São Paulo Em Perspectiva - SEADE

Universidade e Sociedade – ANDES -SN.